



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Projeto de Lei nº 672, de 2025

Altera a Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008, para assegurar o direito ao piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica aos professores temporários, contratados com base no art. 37, inciso IX, da Constituição Federal.

EMENDA DE PLENÁRIO Nº

Inclua-se onde couber, a seguinte redação, renumerando os artigos subsequentes:

Art. XXX O art. 11 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso XIII:

XIII – deixar, dolosamente, de assegurar o pagamento do piso salarial profissional nacional aos profissionais do magistério público, em descumprimento ao disposto na Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008, e às demais normas de valorização da categoria.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda estabelece que incorre em ato improbo o gestor que deixar, dolosamente, de assegurar o pagamento do piso salarial profissional nacional dos profissionais do magistério público.

A inclusão deste disposto reforça a responsabilidade legal dos gestores, garantindo a efetividade do direito ao piso salarial e promove a observância dos princípios da legalidade e moralidade, previstos no art. 37, *caput*, da Constituição Federal, além de promover a valorização da categoria. Em conformidade com a Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, a responsabilização exige a conduta dolosa.

Desta forma, a presente emenda visa a proteção dos direitos dos profissionais do magistério e a efetividade das normas legais.

Sala das Sessões, em de de 2025.

Deputado Rogério Correia

PT - MG





Emenda de Plenário a Projeto com Urgência

Deputado(s)

- 1 Dep. Rogério Correia (PT/MG) - Fdr PT-PCdoB-PV
- 2 Dep. Lindbergh Farias (PT/RJ) - Fdr PT-PCdoB-PV - LÍDER do Fdr PT-PCdoB-PV
- 3 Dep. Pedro Campos (PSB/PE) - LÍDER do PSB
- 4 Dep. Professora Luciene Cavalcante (PSOL/SP)
- 5 Dep. Talíria Petrone (PSOL/RJ) - Fdr PSOL-REDE - LÍDER do Fdr PSOL-REDE

